

# PÓS-COLONIALISMO, IMPÉRIO E GLOBALIZAÇÃO dois pratos da balança

Gláucia Renate Gonçalves  
UFMG

## RESUMO

Que rumo deve agora tomar o pós-colonialismo? O presente trabalho busca responder a essa pergunta a partir da leitura crítica de *Império*, obra de Michael Hardt e Antonio Negri (2000). Se queremos evitar que o pós-colonialismo seja mais uma 'idéia fora do lugar', e havendo comum acordo de que o pós-colonialismo institucionalizado já não mais nos interessa, a pergunta que cabe em nossas discussões não seria se o Brasil é ou não pós-colonial, mas sim de que forma o conceito operatório de pós-colonialismo pode auxiliar no entendimento das negociações culturais dentro do Brasil, bem como entre o Brasil e o Canadá.

## PALAVRAS-CHAVE

pós-colonialismo, imperialismo, negociação cultural.

“Ó glória de mandar, ó vã cobiça  
Desta vaidade, a quem chamamos Fama!  
Ó fraudulento gosto, que se atiça  
Cua aura popular, que honra se chama!”  
Velho do Restelo.

*Canto IV, Os Lusíadas, CAMÕES*

## I

O percurso que pretendia seguir no presente artigo buscava oferecer uma resposta bastante assertiva para uma inquietação teórica que já se fazia ouvir em minha atividade acadêmica recente e que encontrei, como uma espécie de eco, em dois ensaios, a saber: “Global Designs, Postcolonial Critiques: Rethinking Canada in Dialogue with Diaspora” e “Literature on the Periphery of Capitalism: Brazilian Theory, Canadian Culture”. Neles, Diana Brydon e Imre Szeman, respectivamente, atravessam de maneira exemplar as Américas e indagam de que forma o pós-colonialismo poderia se reavaliar e se reconfigurar de forma a tomar um novo rumo, autônomo e eficaz, a partir daquele que se havia originalmente proposto: constituir-se enquanto resistência à hegemonia colonial/neocolonial. Antes, porém, de apresentar uma resposta definitiva ou direção a seguir, vale examinar a contribuição oferecida por um estudo quase paralelo: o artigo “Unsettling the Empire: Resistance Theory for the Second World”, de Stephen Slemon.

Slemon enumera as três abordagens ou campos de pesquisa do pós-colonialismo. Segundo ele, o primeiro campo seria uma continuação do que se entendia pelos estudos literários dos países de língua inglesa. O segundo investigaria determinadas subjetividades, de modo geral terceiro-mundistas mas também presentes no Primeiro Mundo, como é o caso dos afro-descendentes e de minorias étnicas. Desses dois campos decorre um terceiro, interessado em investigar as práticas discursivas de resistência anti-colonial. É interessante observar como a passagem de uma concepção para a outra se assemelha a um leque que, ao se abrir, com cada novo desdobramento forma um desenho maior. A definição de pós-colonialismo mais restrita dá lugar a uma outra cada vez mais ampla, distanciando-se do caráter de contenção geográfico-nacionalista da primeira:

Ao passo que o primeiro e o segundo desses campos críticos do pós-colonialismo têm como unidades básicas culturas ou nações inteiras ... o terceiro campo crítico trata de identificar uma força social, o colonialismo, e com a tentativa de compreender as resistências a essa força, *onde quer que estejam*.<sup>1</sup>

O pós-colonialismo passou a ser utilizado como instrumento teórico-crítico na investigação das regiões mais diversas e foi assim se disseminando de Gana para a Índia, para Barbados e Martinica, para o Brasil e o Chile, e até mesmo para os Estados Unidos. Tal perspectiva abrangente, explicitada na Introdução ao clássico *The Empire Writes Back*<sup>2</sup>, vale lembrar, já foi exaustivamente problematizada e criticada. O alcance a que leva o movimento centrífugo faz com que o conceito vá, na verdade, gradualmente se desfigurando, se descaracterizando, à medida que se torna mais fluido – talvez fluido demais para ser apreendido. Sob essa ótica, e aparentemente apenas sob ela, faz-se pertinente o questionamento de Arun Mukherjee quanto a que base em comum poderia ter o pós-colonialismo do Brasil, por exemplo, com aquele desenvolvido no Canadá, tendo em vista as especificidades históricas e as decorrentes configurações socioculturais bastante distintas desses países.

Em um movimento derridaiano, o conceito de pós-colonialismo viu-se preso em uma rede ou teia da qual não pode escapar, posto que escapar dela implicaria, como fica claro ao final do artigo de Slemon, sua própria morte ou anulação. Assim, seria um equívoco diante da ordem global retomar o que Slemon define como campo primeiro da preocupação pós-colonial, isto é, a atividade crítico-literária de países que juntos compunham a Comunidade Britânica – um campo que, como aponta Slemon, também já foi denominado ‘Novas Literaturas em Língua Inglesa’ ou ‘Outras Literaturas em Inglês’, ou mesmo ‘Literaturas em Inglês no Mundo’, que, recentemente, em sintonia com o avanço da globalização, vêm figurando em páginas da internet. O panorama político-econômico atual, bem como as crescentes ondas migratórias, não mais permitem o projeto de demarcação nacional com vistas a limitar a perspectiva pós-colonialista, especialmente após a institucionalização do referido campo de estudos. Mais ainda, agarrar-se a metáforas de hibridismo e ao multiculturalismo, como bóia salva-vidas, tão somente nos manteria à deriva por mais tempo no oceano da circulação de mercadorias que atende a uma demanda

---

<sup>1</sup> SLEMON. *Unsettling the Empire: Resistance Theory for the Second World*, p.75. (grifo do autor, tradução minha).

<sup>2</sup> ASHCROFT et al. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literatures*.

de diferenças culturais (Dirlik, Hardt e Negri). Diante desse cenário, nada mais restou à pedagogia pós-colonial que o inevitável processo de ampliação de sua significação.

A acepção contemporânea do termo pós-colonialismo defendida por Slemon e por vários outros críticos está embasada na noção de um discurso caracterizado pelo teor de resistência que apresenta dentro de si e que propulsiona seus posicionamentos. Explica-se, assim, no âmbito do pós-colonialismo, a aproximação entre Brasil e Canadá, proposta nos ensaios de Brydon e Szeman. Como equaciona Timothy Brennan, a literatura pós-colonial passou a ser não aquela das colônias ou ex-colônias, e sim a dos colonizados – resguardadas, ressalto novamente, suas especificidades. Minha inquietação teórica surgiu precisamente da rápida associação que Brennan estabelece entre os colonizados ou sujeitos pós-coloniais e membros de outros grupos chamados minoritários. Pode-se certamente perceber um teor de resistência no discurso, por exemplo, das mulheres; este ponto em comum, porém, não é o bastante para que a literatura feminina, ou a dos índios e de imigrantes, figure ao lado da literatura de países africanos nos programas de cursos de literatura pós-colonial de língua inglesa. Com a melhor das intenções, por vezes cai-se em uma generalização indesejada e difícil de se sustentar.

É indiscutível que o conceito operatório de pós-colonialismo não pode mais se ater a um determinado tempo ou espaço. Já há outrossim um consenso quanto ao significado do prefixo ‘pós’ do termo como sendo indicador da existência de um contato cultural, definido por Mary Louise Pratt com precisão ao propor a noção de ‘zona de contato’ e suas relações de poder assimétricas<sup>3</sup>. No entanto, talvez o que ainda precisa ser mais discutido seja justamente o termo ‘colonial’, como deixa transparecer o número do periódico *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies* dedicado ao tópico ‘Latin America: Brazilian Postcolonialisms in Dialogue with Hispano-America.’ A abordagem encontrada nesse periódico, seguindo a perspectiva de Brennan exposta acima, permite que o termo pós-colonial ao mesmo tempo seja, e não seja, problematizado ao ser trazido para a América Latina em ensaios que tratam desde a carta de Pero Vaz de Caminha até a poesia contemporânea hispano-americana.

Explico o paradoxo: se, por um lado, o termo ‘pós-colonial’ é dado como certo nas discussões sobre colonialismo e dependência cultural, na medida em que a condição pós-colonial tornou-se um sinônimo dessa última no debate cultural brasileiro, por outro lado é ele que realmente está em evidência quando o termo colonialismo é pautado na introdução do referido periódico:

À medida que o Brasil ... procura entrar em diálogo com os antigos poderes ibéricos e com seus vizinhos hispânicos, ele não pode e não deve tomar o pós-colonialismo como a independência política do século dezenove ou como o fim do colonialismo ... Uma maneira melhor de expressar a perspectiva desse número do periódico é abordar o colonialismo como um capítulo que é ciclicamente relido ... Revogar um nome, renomear, acrescentar mais uma camada à colonização: o Caribe, a Guiana Francesa, as Malvinas são topônimos que em si próprios falam do colonialismo enquanto conceito histórico cambiante.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> PRATT. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, p. 6.

<sup>4</sup> VIEIRA. *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*, p. 309. (tradução minha).

A discussão em torno da idéia de colonização revela-se extremamente adequada, pois nos remete diretamente à origem da questão. No entanto, por si só ela não desfaz o nó cego que resultou da aplicação polivalente do termo pós-colonialismo. Não obstante olharmos a colonização pelo ângulo do tripé que a sustentou – a imposição religiosa, a força de trabalho escravo e o mercantilismo – permanecem as diferenças entre as modalidades na sua implantação histórica. A descolonização, por sua vez, igualmente se deu de forma distinta através do globo. Não podemos deixar de mencionar a questão lingüística, viés dos mais relevantes no debate do pós-colonialismo nos países de língua inglesa, mas que, no caso do Brasil, não poderia ter semelhante destaque. Em seu ensaio, Brydon aponta convergências entre as Américas no que tange ao legado indígena e o afro-caribenho, mas ainda chamam a atenção as divergências. A própria autora parece não conseguir desvincular totalmente o pensamento pós-colonial da língua inglesa, como observamos no trecho abaixo, com atenção para a expressão grifada:

A teoria pós-colonial investiga o impacto global do colonialismo sobre todos aqueles envolvidos em suas práticas. Ela procura recuperar e revalorizar saberes anteriormente subjugados, não como uma busca de mitos de origem autovalidantes, mas uma busca de oportunidades perdidas de desenvolver um diálogo plenamente transcultural ... ela desafia professores **de inglês** a repensar a maneira como eles compreendem a história literária, o valor literário e o lugar da literatura no mundo.<sup>5</sup>

Retomemos então a perspectiva de Else Vieira, na introdução de *Interventions*. Para a autora, se o que retorna para nos assombrar é o colonialismo, vejamos nele um assombrar feliz, necessário, esclarecedor, que faz com que o retorno do colonialismo passe a ser um trabalho de memória não do que foi esquecido, mas daquilo que não se quer esquecer. Entretanto, não seria justamente essa constante, imprescindível, rememoração do ponto em comum entre os muitos pós-colonialismos que atravessam oceanos, que se espraia pelo globo? Nesse sentido, pouco nos surpreende a significativa popularidade das idéias de Roberto Schwartz no exterior, visto que ele, como poucos o fizeram, se destaca pelo primor no exercício de lembrar.

## II

Mantendo como horizonte a indagação inicial deste ensaio, reformulo a pergunta: que caminho deve o pós-colonialismo agora tomar, uma vez que sua ampliação ou mutação diante do quadro global foi, e continua sendo, inevitável? Para respondê-la, poderíamos nos contentar com a formulação de Brennan sobre os sujeitos colonizados, e reforçarmos então a proposta de solidariedades globais apresentada por Szeman. Contudo, vale examinar com mais atenção justamente a configuração mundial atual, com o auxílio da obra *Empire [Império]*, de Michael Hardt e Antonio Negri, traduzida recentemente para o português. Como já anunciam os autores no prefácio, o Império é um novo poder soberano que cada vez mais se materializa e se fortalece no exercício de governar a ordem mundial:<sup>6</sup>

<sup>5</sup> BRYDON. *Global Designs, Postcolonial Critiques: Rethinking Canada in Dialogue with Diaspora*, p. 66. (grifo meu, tradução minha).

<sup>6</sup> As citações do livro de Hardt e Negri, bem como as demais referências a ele, são extraídas da tradução já publicada.

Nossa hipótese básica é que a soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia<sup>7</sup> é o que chamamos de Império ... Entendemos “Império”, entretanto, como algo completamente diverso de “imperialismo.” (12)

Como está explícito na definição reproduzida acima e como os autores fazem questão de reiterar, esse novo poder soberano não deve ser confundido com o tradicional poder eurocêntrico do imperialismo colonial ou neocolonial. Deve, sim, ser compreendido como um aparato de controle cujo instrumento principal é o próprio povo, agora caracterizado como biopoder [*biopower*], na medida em que é investido de produtividade econômica, política e cultural. Se, por um lado, o *modus operandi* do imperialismo europeu era dividir e mapear o globo, erigindo fronteiras de modo a marginalizar determinadas subjetividades, por outro, o Império é um aparato, digamos, ‘demolidor’ de barreiras, uma vez que não possui um centro de poder. A disseminação do biopoder é, sobretudo, resultado de uma grande contribuição da obra de Hardt e Negri: uma expansão da perspectiva foucaultiana de controle. Para o filósofo francês, a sociedade de disciplina era aquela que exercia o controle por meio de instituições; todavia, a leitura que os autores de *Império* fazem da obra de Foucault resgata uma passagem da sociedade de disciplina, que vigorava durante o período moderno, para a sociedade de controle pós-moderna. Se, em Foucault, tal passagem estava apenas implícita, em Hardt e Negri é ela que explicitamente opera o novo paradigma de poder. A distinção entre disciplina e controle decorre do gradual enfraquecimento, na atualidade, das instituições que mediavam um poder supremo, agora suplantado por um poder global, rizomático:

A sociedade de controle pode, dessa forma, ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes.<sup>8</sup>

Na sociedade de disciplina o controle partia do próprio indivíduo, motivado, porém, pela presença externa de um panóptico; a sociedade de controle, por sua vez, poderia ser descrita em termos de uma internalização do panóptico, deixando de haver qualquer tipo de resistência ao controle, agora imanente ao indivíduo. No lugar de instituições como a escola, o hospital, ou o presídio, entre outras, o controle é inerente ao próprio ser biopolítico no que tange à sua produção individual – i.e., a autoprodução regulada pelo autocontrole.

Hardt e Negri elucidam dois pontos cruciais para o raciocínio por eles desenvolvido: a multidão e o Estado-nação. A multidão [*multitude*] deve ser compreendida em contraste com a idéia de homogeneidade embutida no significante povo [*people*]. Este último seria o que, na formulação de Homi Bhabha, corresponderia ao ‘povo-como-um’<sup>9</sup> ou ao ‘muitos-como-um’<sup>10</sup> da agência uníssona da nação pedagógica; a multidão, ao contrário, representa

<sup>7</sup> No original: “new form of sovereignty” e não “economy;” obviamente, trata-se de um equívoco na tradução.

<sup>8</sup> HARDT e NEGRI. *Empire*, p. 43-2.

<sup>9</sup> BHABHA. *O local da cultura*, p. 213.

<sup>10</sup> BHABHA. *O local da cultura*, p. 219.

uma pluralidade disfônica e reforça o caráter rizomático de movência da nação performativa, que por sua vez permite ou possibilita os diversos deslocamentos de subjetividades através do não-lugar do Império – um não-lugar, na proposta de Hardt e Negri, posto que a nova forma de soberania é caracterizada pelo descentramento<sup>11</sup>, estando ela presente em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum. Ao lado do labor industrial, o Império é também a condição do labor comunicativo, cooperativo e afetivo, cujo emblema maior é a internet, epítome do não-lugar, descentrada e desterritorializante como o próprio Império. Se o Império representa a totalidade espacial e é mais que um momento histórico, transpondo barreiras de tempo e espaço, ele opera – supõe-se que democraticamente – também em todos os níveis sociais.

A multidão, na ânsia de seu biopoder, manifesta basicamente três exigências: cidadania global, garantia de renda mínima social (que, diferentemente da noção de salário, refere-se também à parcela da população não diretamente produtiva, como desempregados e crianças, entre outros) e o que Hardt e Negri chamam de direito de apropriação, i.e., o acesso ao saber, à informação, à comunicação e aos afetos<sup>12</sup>. Em um artigo publicado à época da publicação de *Empire*, Slavoj Žižek demonstra ter interpretado essas três exigências como postulação utópica, daí se referir à obra de Hardt e Negri como empreendimento pré-marxista:

O problema dessas exigências é que elas pairam entre o vazio formal e o radicalismo impraticável. Tomemos o direito à cidadania global: em princípio, não há como discordar; mas, se isso deve significar algo mais que uma solene declaração no estilo costumeiro da ONU, se ela deve ser levada a sério, então deveríamos nos preparar para um desmoronamento geral, passando pela promulgação de leis globais e pela dissolução das fronteiras nacionais.<sup>13</sup>

É curioso que Žižek não tenha percebido, ou pelo menos não tenha ressaltado, que as exigências não podem ser integralmente atendidas justamente por serem o próprio motor do Império – que, por essa razão, afirmei, acima, ser apenas supostamente ou teoricamente democrático. Se forem promulgadas as leis globais de que fala Žižek, estaremos, pois, diante de algo que não o Império. Isso equivale a dizer que o Império opera por controle e por produção de resistência, simultaneamente. As exigências do biopoder, condições para a agência política, por sua vez, sublinham precisamente o fato de que o ideal democrático do biopoder ainda não foi alcançado e não o será, falha essa que os autores chamam de “corrupção do Império”<sup>14</sup>. O fator que leva a tal deficiência é, por um lado, a natureza revolucionária da multidão e, por outro, a eterna prática de dominação ou exploração, que paradoxalmente é uma condição *sine qua non* para a saúde do Império. Poderíamos concluir, portanto, que o Império, assim como a internet, é democrático até onde o poder aquisitivo alcança, e que nele haverá sempre lugar para forças em prol da cidadania global.

<sup>11</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 340.

<sup>12</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 421-31.

<sup>13</sup> ŽIZEK. Um empreendimento pré-marxista.

<sup>14</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 312-5.

O segundo elucidado é a questão da nação, pois o Império, diferentemente do imperialismo moderno, não está construído sobre a idéia de um Estado-nação soberano. O Império teria surgido, aliás, em conseqüência da deficiência do próprio Estado de regular a produção e o comércio de bens em nível internacional. Ao passo que o imperialismo europeu teve como alicerce a supremacia do Estado-nação, o Império se incumbe de buscar a soberania no seu papel mediador das trocas econômicas e culturais. A construção do Império pode ser descrita, ainda, como um deslocamento do eixo do aparelho militar, típico da sociedade de disciplina, para o eixo financeiro, cujo ponto de equilíbrio é o dólar americano.

Compreendendo-se a perda de soberania do Estado-nação, estamos um passo mais próximos da proposta de totalidade espacial da globalização. Para Hardt e Negri, não há dúvida de que o Império é descentrado e desterritorializante, o que pode ser comprovado com a circulação desde bens materiais até o afeto, circulação essa acentuada com o advento da tecnologia, mas, principalmente, com a circulação humana – e, por que não dizer, a migração de intelectuais do Terceiro Mundo e de suas idéias. A totalidade espacial do Império advém tanto da mobilidade do capital quanto do fascínio que ele exerce, da sedução do poder. Por não ser possível determinar com precisão onde o Império começa ou onde ele desemboca, declara-se sua onipresença. O elemento desterritorializante (que se faz, por conseguinte, também reterritorializante) é, na verdade, o fluxo desencadeado pelo mercado. Conseqüentemente, as categorias de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos ficam como que embaralhadas, apesar de, como água e óleo, continuarem ainda visivelmente diferentes:

O Terceiro Mundo não desaparece, realmente, no processo de unificação do mercado mundial, mas entra no Primeiro, estabelece-se no seu coração como gueto, comunidade de barracos, favela, continuamente produzido e reproduzido. Por sua vez, o Primeiro Mundo é transferido para o Terceiro na forma de bolsas de valores e bancos, corporações transnacionais e tristes arranha-céus de dinheiro e comando.<sup>15</sup>

A ausência de um centro irradiador ou regulador é questão que merece atenção pois parece ser um aspecto ainda um tanto controverso ou não-resolvido na proposta de Hardt e Negri. Apesar de a premissa básica, para todo o desenvolvimento dos autores, ser a idéia de que o Império se constitui enquanto biopoder acéfalo, os autores parecem cair na armadilha criada por eles mesmos ao admitirem, em mais de um momento, a postura privilegiada dos Estados Unidos.<sup>16</sup> Na argumentação apresentada em *Império*, o biopoder derruba fronteiras para que a circulação seja efetivamente global; prefiro valer-me, entretanto, da idéia de barreiras ou fronteiras deslizantes, escorregadias: estas erigem-se estrategicamente, por exemplo, no protecionismo de mercado praticado pelos Estados Unidos, ou no controle de imigração cada vez mais rígido de alguns países europeus, sendo transpostas, também estrategicamente, na associação dos Estados Unidos a Israel na luta contra a causa palestina. Não estariam os exemplos acima ilustrando também um forte resíduo de nacionalismo e a presença que ainda se quer austera do Estado-nação? Sem querer pôr em xeque o indubitável caráter benéfico de diversas organizações não-governamentais, enfatizado por Hardt e Negri e usado como prova do biopoder sem

<sup>15</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 274-5.

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, especialmente p. 77, e também p. 183-4, 330-1, 366-9, 403-7.

fronteiras, temo que as ONGs, mesmo as que se valem de forças governamentais, sejam usadas para que os governos se escusem de suas responsabilidades humanitárias intranacionais. Ou seja, podemos estar correndo o risco de tropeçar mais adiante na nossa própria muleta.

### III

O pano de fundo para toda a argumentação extremamente lúcida de Hardt e Negri é a nova forma de pensar a passagem da modernidade para a pós-modernidade, ou, mais precisamente, de pensar a soberania em termos de modernidade e pós-modernidade. A relevância de ambos os conceitos já deve ter sido notada pelo uso que faço do termo ‘moderno’ e pela referência anterior à sociedade de controle de Michel Foucault. Segundo os autores de *Império*, a referida passagem deve ser equacionada com um movimento da idéia de transcendência para a primazia da imanência. Se a soberania do período moderno foi calcada em uma visão maniqueísta de oposições binárias, é imperativo que se estabeleça a distinção entre dois momentos da modernidade, cujo divisor de águas foi o Renascimento. Como já indica o título de um subcapítulo do livro, houve na realidade “Duas Europas, Duas Modernidades”, conflitantes: a primeira, feudal, baseava-se na soberania imanente de cada indivíduo que compõe a multidão, cujo poder foi usurpado pela contra-revolução, que coincide com a expansão marítima e o conseqüente surgimento do eurocentrismo. O que se deu, portanto, na evolução da soberania, foi uma passagem da imanência para a transcendência, cuja crise de autoridade levou a um retorno da imanência – a performatividade, por excelência, de que nos fala Bhabha, agora encarnada no biopoder pós-moderno e caracterizada pela ênfase na produção. O pós-modernismo, na verdade, não constitui uma reação a toda a modernidade, mas sim àquela modernidade segunda, alicerçada na transcendência de subjetividades que detinham em suas mãos o poder socioeconômico. Vale ressaltar, aqui, que os conceitos de imanência e transcendência não implicam mútua exclusão. Pelo contrário, um de fato depende do outro, posto que existem em uma relação dialética que, levando em conta fatores diversos, cede primazia a um sem eliminar o outro, apenas pondo-o em segundo plano.

Estamos, novamente, diante da questão do centro do Império: se a modernidade como um todo, em suas fases imanente e transcendente, foi européia e a pós-modernidade é norte-americana, conforme propõem Hardt e Negri<sup>17</sup>, e se o imperialismo foi moderno (de uma segunda modernidade, isto é), ao passo que o Império é pós-moderno, matematicamente isto não implicaria dizer que o Império é norte-americano? Eis aqui a armadilha. Ou seja, os EUA se valem ainda por demasiado da transcendência que, como discutido na seção anterior, não desaparece por completo. O que fica então comprovado é que são os centros que ainda necessitam de algum grau de transcendência para sobreviver como tal, ao passo que a multidão prospera em ambiente rizomático. Quando é lida com cuidado, nota-se que a indagação acima em momento algum coloca os Estados Unidos na posição de nação imperialista, no sentido oitocentista ou novecentista do termo. Talvez o

---

<sup>17</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 13.



que preocupe os autores seja a idéia de *repetição*, a acusação de que os Estados Unidos se limitem a repetir o imperialismo europeu, quando há, de fato, toda uma nova configuração global que impede um simples eco do século passado:

*Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam ... De fato, os Estados Unidos ocupam posição privilegiada no Império, e esse privilégio decorre não de semelhanças com as antigas potências imperialistas européias mas de diferenças em relação a elas.*<sup>18</sup>

Não se trata de discordar dos autores quanto à ausência ou impossibilidade de repetição de um modelo, mas sim de se atravessar o tom apologético e dar ênfase a um aspecto levantado por eles próprios: a posição privilegiada dos Estados Unidos, a que prefiro chamar de centro. A imanência de uma modernidade primeira não pode ser repetida na forma de imanência da pós-modernidade, assim como a transcendência de uma modernidade segunda também não o é ou pode ser. Entretanto, é possível que a posição central ocupada pelos Estados Unidos atualmente – ainda que involuntária e não decorrente de qualquer tipo de prepotência, como parece ser o caso do chamamento à criação de um estado palestino provisório, por exemplo – seja um resíduo de transcendência que teima em deixar seu estado latente, fazendo com que nossos vizinhos do norte recebam a alcunha de “polícia da Terra” ou “xerife do planeta” (Singer). Pois que o resíduo seja benevolente, uma vez a que a posição central a que me refiro carrega em si extensa parcela de responsabilidade.

Não se trata, ainda, de apontar o vilão da história. Se insisto na posição dos Estados Unidos como centro do Império, não procuro com isto descartar a existência de outros centros, pois fazê-lo implicaria retomar o sentido da palavra ‘dominação’, que caracterizava as relações do tipo senhor-escravo. Hardt e Negri, novamente, admitem a existência de centros ao traduzirem o poder global em forma de pirâmide, cujo topo é ocupado pelos Estados Unidos e pelos países do G7<sup>19</sup>, mas talvez a palavra que melhor exprima a relação daqueles com o restante do Império seja ‘interdependência’, o que de certa forma justifica a escolha do adjetivo ‘privilegiada’ pelos autores para se referir à situação dos Estados Unidos. Se parcelas da multidão são exploradas pelos centros, estes não sobreviveriam sem as legiões de desprivilegiados, pois ocorrem negociações assimétricas entre as camadas da pirâmide em que os privilegiados agora substituem a mediação da força pela manipulação do capital, para o que as manchetes de jornais nos oferecem inúmeros exemplos concretos.

#### IV

“O império está se materializando diante de nossos olhos” é a frase profética que inaugura a obra de Hardt e Negri, que traduz a economia pós-industrial como sendo uma economia da informação. O mesmo compasso que levou o imperialismo – ou, melhor, sua decadência – a gerar o Império, igualmente levou o pós-colonialismo a se desdobrar em

<sup>18</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 13-4. (grifo dos autores).

<sup>19</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 330-1.

um conceito mais abrangente a partir de um conjunto estabelecido de relações de poder. A globalização posta em curso nos nossos dias efetivamente demanda um novo modelo teórico para o pós-colonialismo. Aparentemente, para Hardt e Negri, chegamos ao fim do pós-colonialismo, ou, pelo menos, o pós-colonialismo foi subsumido pelo Império, uma vez que este último baseia-se em uma noção pós-colonialista e pós-imperialista de direitos<sup>20</sup>, mas acredito que para os teóricos pós-coloniais não seja esse o caso. Chegamos, sim, ao fim do pós-colonialismo nacionalista, territorialista, de visão utópica e maniqueísmo essencialista. Se permitirmos, porém, ao pós-colonialismo atual o denominador comum de resistência discursiva, veremos que ele não só continua vivo mas também continua a alimentar o próprio Império.

O Império, paradoxo por essência, se nutre do fluxo de capital tanto quanto se nutre, de modo vital, da dialética do biopoder da multidão:

A corrupção é o puro exercício do comando ... É comando dirigido para destruir a singularidade da multidão mediante sua unificação coerciva e/ou sua segmentação cruel. É por isso que o Império necessariamente declina no momento da sua aparição ... O paradoxo é insolúvel: quanto mais o mundo enriquece, mais o Império, que é baseado nessa riqueza, precisa negar as condições da produção de bens.<sup>21</sup>

O comando, para ser fiel ao termo “command”, usado pelos autores, ou dominação, que ainda perdura vai contra o princípio do Império, principalmente por ele se dizer autorregulador; contudo, o comando se faz imprescindível para a circulação de bens na sociedade pós-industrial. Há sempre forças contrárias ao Império, operando em favor da unificação da multidão e de suas reivindicações, que não podem ser circunscritas a uma determinada região. Partindo-se da afirmação de que o Terceiro Mundo não está mais contido em determinados continentes, valeria a pena investigar até que ponto essas forças contra-império seriam justamente os embates travados pelos focos de Terceiro Mundo (ou ainda do Segundo), agora dispersos dentro do Primeiro. Essa idéia, por sinal, reforça meu ponto de vista, exposto anteriormente, de que as fronteiras passaram apenas a ser escorregadias, mas continuam existindo. Com as fronteiras deslizantes, passam a ser deslizantes também as alteridades que de forma alguma apresentam indícios de exaustão. Como afirmam Hardt e Negri, a crise sincrônica do Império está precisamente no fato de sempre existirem posturas antagônicas à exploração, expropriação e anulação da produção<sup>22</sup>. O lado benéfico da dominação, segundo a lógica que rege o Império, é que a repressão e o controle institucionalizado desencadeiam a politização dos biosujeitos; em outras palavras, o eterno desejo de transformar a globalização capitalista em globalização democrática é benéfico tanto para o Império quanto para a multidão.

A consideração acima traz à tona dois aspectos de extrema relevância para o debate acerca do Império. O primeiro deles está relacionado com o caráter ontológico do sistema capitalista. Segundo Hardt e Negri, há três hipóteses para explicar a sobrevivência do capitalismo. A primeira delas, e a menos provável, é que o capitalismo perdeu seu espírito

<sup>20</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 31-4.

<sup>21</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 414-5.

<sup>22</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 407-9.

imperialista, i.e., seu desejo de conquista. A segunda e a terceira hipóteses, mais plausíveis, partem do pressuposto de que o capitalismo continua seu processo de expansão e acumulação. O que diferencia essas hipóteses seria a origem do que é acumulado: ao passo que a segunda hipótese acredita em um território não-capitalista ainda inesgotado, a terceira, em consonância com o pensamento dos autores, admite que, na ausência de regiões não-capitalistas, o capitalismo passou, em um gesto canibalístico de sobrevivência e fortalecimento, a acumular a si próprio:

[O] capital continua a se acumular mediante a subordinação num ciclo de reprodução ampliada, mas que cada vez mais ele subjuga, não ambientes não-capitalistas, mas seu próprio terreno capitalista – ou seja, que a subordinação já não é *formal* mas *real*. O capital já não procura fora, mas dentro de seu domínio, e sua expansão é, portanto, intensiva e não extensiva.<sup>23</sup>

Portanto, se o capitalismo exige um ‘lado de fora’ para ser incorporado e assim nutrir o seu ‘lado de dentro’ (embora os autores prefiram argumentar que não há propriamente um “outside”, uma vez que esse lado de fora é extraído de dentro do próprio sistema capitalista, pois tudo faz parte da máquina do Império – ou seja, o lado de fora está dentro), pode-se dizer que o pós-colonialismo se constituiu enquanto lado de fora, e sua institucionalização acadêmica simbolizou sua passagem para um ‘dentro’ da máquina do Império. Nesse caso, a boa nova para aqueles que, como eu, testemunharam a institucionalização do pós-colonialismo com um certo grau de frustração e desapontamento, é que novos ‘lados de fora’ precisam se constituir para que o Império seja sempre fomentado, fazendo com que novas resistências – novos pós-colonialismos – estejam em contínua formação. Isso equivaleria a dizer que a imanência do capitalismo em sua prática contemporânea se enriquece com a incorporação da imanência inerente às alteridades que, enquanto forças contra-Império, são constantemente incorporadas a ele.

Em segundo lugar, e o que é ainda mais polêmico, a lógica acima detecta a presença de binarismos na equação apresentada por Brennan (colonizado/colonizador) e no pensamento de Hardt e Negri (lado de fora/lado de dentro), o que poderia se constituir, aparentemente, como deficiência teórica diante das noções de ambigüidade e ambivalência, freqüentemente presentes nos discursos de resistência. Isso nos leva a perguntar: mesmo no Império de Hardt e Negri, os binarismos deixaram de existir ou significam outra coisa? Diria que a segunda opção. Oposições dicotômicas não se constituem como deficiência teórica uma vez compreendidas em sua natureza dialética. Com essa indagação, bem como com meus comentários acima acerca da existência de um centro que rege a configuração global, não busco criticar o trabalho de fôlego dos autores de *Império*, mas sim apontar a dificuldade, imposta pela impossibilidade de uma perspectiva retroativa, de se lidar com questões que nos são tão atuais e portanto tão caras.

---

<sup>23</sup> HARDT e NEGRI. *Império*, p. 292. (grifos dos autores).

Arif Dirlik afirma que o pós-colonialismo ‘começou’ com a chegada de intelectuais do Terceiro Mundo na academia do Primeiro Mundo e sua subsequente descoberta de poder (“newfound power”)<sup>24</sup>. Se, por um lado, concordo com os críticos que vêm no que Dirlik chama de ‘começo’ a própria crise do pós-colonialismo, arriscaria dizer também que essa crise, gerada pela corrupção do poder acadêmico, coincide igualmente com a abertura do campo de abrangência do pós-colonialismo, apontada por Slemon e reiterada por Dirlik: “[O]s temas que agora são reivindicados como uma crítica pós-colonial ... ecoam os interesses e as orientações que têm suas origens em uma nova situação mundial que também se tornou globalmente parte da consciência durante a última década.”<sup>25</sup>

Em resumo, diria que o quadro diante do qual o pós-colonialismo deve ser novamente posto em pauta parte de três constatações principais. Primeiro, a abertura do campo do pós-colonial acompanhou a formação do Império; segundo, tal abertura se deu diante da passagem da modernidade para a pós-modernidade; terceiro, o paralelismo entre pós-colonialismo/Império gera um outro paralelismo, a saber: sujeitos pós-coloniais/multidão. A clareza na exposição dessas constatações não torna desnecessários alguns questionamentos cruciais para a formulação da nova agência pós-colonial: a indagação acerca da representação política do Império no hemisfério norte versus hemisfério sul por si só já desfaria a tão comum correspondência entre sujeitos pós-coloniais e minorias. Também pertinentes seriam as perguntas: os sujeitos pós-coloniais de fato possuem biopoder? Seria o biopoder a mesma coisa que agência discursiva pós-colonial? Como situar a passagem da modernidade para a pós-modernidade em uma América Latina de modernidade tardia?

Uma vez que não seja possível e nem desejável conter a agência pós-colonial, pensemos em um remédio para o diagnóstico preciso e exato de Bellei, em seu artigo intitulado “Pós-Colonialismo: culturas em diálogo”: “A narrativa dominante do pós-colonialismo institucionalizado está ... anêmica”<sup>26</sup>. Como observa Bellei, o pós-colonialismo ainda não se institucionalizou no Brasil, ou pelo menos não da maneira que a institucionalização se deu em vários países de Primeiro e Segundo mundo<sup>27</sup>. Por que, então, tantos acadêmicos brasileiros insistem em institucionalizá-lo, incorrendo em uma espécie de zona de contato, nos termos de Pratt, tendo já visto o que sucedeu no hemisfério norte após a transformação do pós-colonialismo em disciplina acadêmica? Seria preciso haver uma institucionalização do pós-colonialismo, enquanto área de estudos, para que possamos legitimar nossas leituras de Homi Bhabha, Gayatri Spivak ou Edward Said, ou, ainda, dos teóricos que estão “do outro lado” da linha que cinde o pós-colonialismo<sup>28</sup>, linha que separa justamente aqueles teóricos e críticos que demonstram algum resíduo de resistência, aqueles que, ao menos, tentam não se tornar um bem de consumo da academia?

<sup>25</sup> DIRLIK. *The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism*, p. 302.

<sup>26</sup> DIRLIK. *The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism*, p. 295.

<sup>27</sup> BELLEI. *Pós-colonialismo: culturas em diálogo*, p. 116.

<sup>28</sup> BELLEI. *Pós-colonialismo: culturas em diálogo*, p. 110-11.

<sup>29</sup> SZEMAN. *Literature on the Periphery of Capitalism: Brazilian Theory, Canadian Culture*, p. 29.

Que rumo deve tomar o pós-colonialismo? Acredito que qualquer um, desde que estejamos atentos e tenhamos cautela de modo a evitar que, como adequadamente aponta Bellei, o pós-colonialismo não seja mais uma idéia fora do lugar que veio dar nas praias brasileiras e, principalmente, não seja mais uma generalização. Havendo comum acordo de que o pós-colonialismo institucionalizado já não mais nos interessa, a pergunta que melhor cabe em nossas discussões não seria se o Brasil é ou não pós-colonial, mas sim em que o conceito operatório de pós-colonialismo, nos tempos do Império global, pode auxiliar no entendimento das negociações culturais dentro do território brasileiro, bem como entre o Brasil e outros territórios. No outro prato da balança, cabe aos críticos estrangeiros investigar como o pensamento teórico brasileiro, sintomaticamente ainda um 'lado de fora' do Império, pode contribuir para a compreensão de suas especificidades histórico-culturais, como fazem Szeman e Brydon. E por falar em litoral, em Florianópolis, Santa Catarina, o motorista que trafega na Avenida Beira-Mar Norte encontra uma placa, situada no canteiro central, com as seguintes palavras: "Quem dá esmola não dá futuro". Se de fato o Império que se estende diante de nós é aquele cujos mecanismos Michael Hardt e Antonio Negri tão claramente expõem, lembremo-nos, sempre, dos dizeres dessa placa, e tomemos o devido cuidado com o que recebemos de bom grado desse império. Mais do que um discurso de resistência, o pós-colonialismo hoje deve representar um discurso de alerta, vincado na memória dos sujeitos dos novos ritmos e novos rituais.



#### ABSTRACT

In what direction shall post-colonialism move now? This essay attempts at finding an answer to the above question through an analysis of Michael Hardt's and Antonio Negri's *Empire* (2000). In order to prevent post-colonialism from becoming another "misplaced idea", and starting from the premise that an institutionalized version of post-colonialism is of little use for Brazilians, this essay claims that we should not discuss whether Brazil constitutes a post-colonial nation or not, but rather we ought to investigate how a working definition of post-colonialism may contribute to an informed debate on cultural negotiations in Brazil, as well as between Brazil and Canada.

#### KEY WORDS

post-colonialism, imperialism, cultural negotiations.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHCROFT, Bill et al. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literatures*. London: Routledge, 1989.
- BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Pós-colonialismo: culturas em diálogo. *Ilha do Desterro* 40 (2001): 107-22.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Eliana L. L. Reis, Gláucia R. Gonçalves e Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BRENNAN, Timothy. *Salman Rushdie and the Third World: Myths of the Nation*. London: Macmillan, 1989.
- BRYDON, Diana. Global Designs, Postcolonial Critiques: Rethinking Canada in Dialogue with Diaspora. *Ilha do Desterro* 40 (2001): 61-84.
- DIRLIK, Arif. The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism. *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*. Ed. Padmini Mongia. London: Arnold, 1996. p. 294-320.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- MUKHERJEE, Arun. Whose Post-Colonialism and Whose Postmodernism? *World Literature Written in English* 30.2 (1990): p. 1-9.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.
- SINGER, André. O contra-Império ataca. Caderno Mais, *Folha de São Paulo*, 24 de setembro de 2000.
- SLEMON, Stephen. Unsettling the Empire: Resistance Theory for the Second World. *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*. Ed. Padmini Mongia. London: Arnold, 1996. p. 72-83.
- SZEMAN, Imre. Literature on the Periphery of Capitalism: Brazilian Theory, Canadian Culture. *Ilha do Desterro* 40 (2001): p. 25-42.
- VIEIRA, Else R. P. (Ed.). *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*. Special Topic: Latin America: Brazilian Postcolonialisms in Dialogue with Hispano-America. Vol 2, n. 3, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. Um empreendimento pré-marxista. Caderno Mais, *Folha de São Paulo*, 24 de setembro de 2000.